

O perfil dos educandos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos

The profile of the students at the Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba at the end of the nineteenth century

Azemar dos Santos Soares Júnior
Luiz Felipe Soares de Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Natal-Brasil

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o perfil dos alunos encontrados nos Livros de Socorros (1896-1899) da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos. Essa unidade compôs uma rede de escolas fundada no século XIX e encarregada de formar, elementar e profissionalmente, a infância vulnerável da nação. Para tanto, reunia em seu interior jovens de origens, idades e raças distintas cuja coexistência abria margem para que aquele fosse um ambiente sujeito a tensões e desigualdades. Para tal investigação, adotamos metodologicamente a *análise do discurso* (Foucault, 2014) e o diálogo com categorias como disciplina e anormal (Foucault, 2018, 2001), cotidiano (Certeau, 1996) e interculturalidade (Candau, 2008), como ferramentas de análise das fontes. Concluiu-se que naquele contexto, se enxergava na Escola um perfil discente incompatível com os interesses da Marinha.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Marinheiros; Perfil; Interculturalidade.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the profile of the students found in the Aid Books (1896-1899) of the Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba the end of the nineteenth century. This unit was part of a network of schools founded in the nineteenth century and tasked with providing elementary and professional training for the nation's so-called vulnerable children. To this end, it brought together young people of different origins, ages and races, whose coexistence meant that it was an environment subject to tensions and inequalities. For this investigation, we methodologically adopted discourse analysis (Foucault, 2014) and dialog with categories such as discipline and the abnormal (Foucault, 2018, 2001), everyday life (Certeau, 1996) and interculturality (Candau, 2008), as tools for analyzing the sources. It was concluded that in that context, a student profile incompatible with the interests of the Navy was established at the school.

Keywords: Escola de Aprendizes Marinheiros; Profile; Interculturality.

1. Introdução

Para além de um procedimento burocrático, a matrícula em uma Escola de Aprendizes Marinheiros, instituição criada sob a responsabilidade de formar, elementar e profissionalmente, marujos, tendo como principal fonte a juventude menos favorecida, poderia possuir vários sentidos. O que poderia significar, para alguns, uma espécie de castigo, acionado sempre que os meninos precocemente se levantassem contra a autoridade dos pais, para outros, poderia ser a salvação da vida, o ofício do qual se extrairia o pão, o fim dos dias de fome e abandono a que foram condenados desde muito cedo. Da tentativa de correção a ascensão social, é certo que a esses confinados restava a convivência com dezenas de outros sujeitos, meninos com os quais, durante meses, quando não anos, dividiriam a mesma rotina, alimentada por uma política lenta de coerção de seus corpos e de manipulação calculada de suas partes, gestos e comportamentos (Foucault, 2018, p. 135). Até que fossem enviados para as fileiras da Armada, onde recomeçariam a vida como marujos.

Sabemos disso porque temos acesso as fontes históricas, ou como bem apontou Michel Foucault (2003), aos rastros de vidas silenciosas, dadas a esquiva de qualquer discurso se não fossem por vezes arrancadas de seu anonimato para se chocarem com o poder. Experiências que talvez jamais teriam sido reviradas caso os restos mortais desse confronto, que outrora foi chamado de *Livros de Socorros*, não nos chegassem. Estas são ferramentas úteis para se apreender as características desses jovens, uma vez que suas páginas guardam várias delas. De descrições físicas ao que se recebia por direito, esses compêndios surgem como um catálogo, que reúne boa parte das informações acerca de vidas das quais só se sobrou algumas linhas. Obviamente, devido à sua preciosidade, as visitas feitas aos livros animaram o estudo, posto a dificuldade de se dispor diante de fontes no geral tão áridas. A partir desse contato com o arquivo, selecionamos o objetivo exposto a seguir.

Neste texto, decidimos analisar o perfil geral dos aprendizes marinheiros encontrado em cento e setenta e oito (178) fichas de matrícula referentes aos anos de 1896 a 1900. Os dados presentes nestes registros serão úteis no processo de reconhecimento das características dos matriculados nas Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba durante o último quinquênio do século XIX. O interesse é que, a partir de um olhar aplicado sobre os registros, possamos identificar o que tornava os internos da unidade paraibana um grupo singular. Para tanto, com vistas a auxiliar o trabalho, nos aproximamos do campo da História Cultural, pensada por Sandra Pesavento (2019), bem como, do ponto de vista metodológico,

da *análise do discurso*, formulada por Michel Foucault (2014), na tentativa de compreender as produções de sentido emitidas pelas fontes históricas, isto é, os *Livros de Socorros* produzidos pela Escola entre os anos de 1895 e 1900.

Em termos de diálogo teórico, mobilizaremos categorias como *disciplina*, de Michel Foucault (2018), cuja procura é examinar o rigor da gestão dos corpos operada em ambientes disciplinares; *cotidiano*, de Michel de Certeau (1996), para quem se tratava de uma criação anônima, nascida da prática, do desvio do uso desses produtos impostos por meio da cultura; *interculturalidade*, de Vera Maria Candau (2008), que entende as relações de poder como construções sociais; e de *anormal*, também de Foucault (2001), interessado nos corpos e hábitos dissidentes em sociedade. Com isso, pretende-se construir um debate capaz de contribuir para a historiografia acerca do tema.

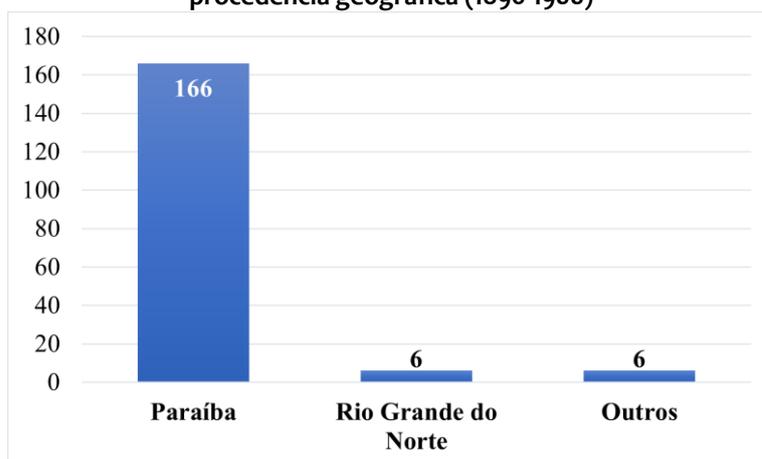
2. Reflexões referentes ao perfil dos internos da Escola formação de marujos paraibana no último quinquênio do século XIX

Michel Foucault (2018, p. 185-186), em suas análises acerca da *disciplina*, indicou que todo exame operado dentro de um ambiente de controle possui um interesse em específico: o de pôr os indivíduos ao mesmo tempo na ordem da vigilância e das técnicas documentais. Isso porque, à medida que os corpos se constituem objetos descritíveis, divisíveis, analisáveis, é possível extrair deles sinais, particularidades e aptidões das quais se pode tirar proveito eventualmente. Por outro lado, partindo de seu produto, todo um sistema comparativo de fenômenos globais, de descrição de grupos, de caracterizações coletivas, bem como, de estimativa de desvios, se revela.

Na Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, as fichas dos alunos contidas nos *Livros de Socorros* obedecem a essa ordem, pois a elas, coube a função de sinalizar sobre os sujeitos, sobre vidas que se submeteram por algum motivo às amarras da disciplina, todo um aparato de referências. E é a partir desses indicadores que analisaremos um dos primeiros elementos sugeridos pelas fichas: A **procedência geográfica** dos petizes.

Observe o gráfico a seguir:

Gráfico I - Quantitativo de remetidos à Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba por categoria de procedência geográfica (1896-1900)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados contidos nas fichas dos *Livros de Socorros* (2024).

Conforme impresso no gráfico, a instituição paraibana contou, durante o último quinquênio do século XIX, com alguma pluralidade geográfica. Isso se deu, pois não só havia alunos originários do próprio estado, como também de outras regiões, notadamente do Rio Grande do Norte. É bem verdade aqueles procedentes da Paraíba formavam a maioria dos recrutados, correspondendo a 9/10 de todo o contingente. Em seguida, vem o Rio Grande do Norte, com uma parcela mais modesta, com seis (6) alunos alistados durante o interstício. Os demais eram oriundos cada qual de meia dúzia de estados diferentes, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraná e Rio Grande do Sul.

A princípio, assim como deve ter ocorrido ao leitor, nos veio a curiosidade de sabermos por qual motivo rapazes viriam de outros estados, inclusive dos mais distantes, para assentar praça na escola paraibana. Porém, pela falta de informações, não somos capazes de explicar com segurança a origem desse fenômeno. Como não foi encontrado nenhum vestígio acerca de qualquer crise em outras escolas nesse dado instante, o que nos resta é recorrer a algumas suposições.

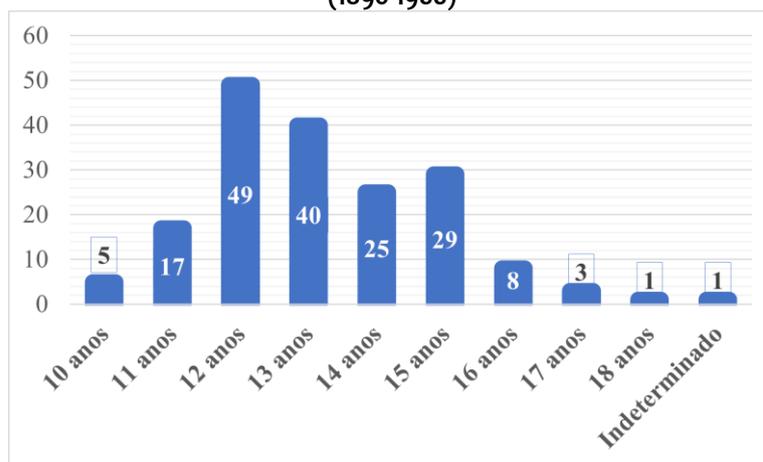
Uma delas é a de que a Escola possa porventura ter sido atraente para alguns dos moradores da “vizinhança”. Isso explicaria mesmo a presença de estudantes oriundos de outros estados da região norte, como Alagoas, Bahia, Ceará e Maranhão. Já nos casos dos de origem no Paraná e Rio Grande do Sul, consideramos que não tenham se deslocado, mas, antes, já fossem moradores da Parahyba do Norte ou proximidades, sendo apenas naturais desses estados.

Contudo, apesar do eficiente trabalho das fichas em fornecer a procedência estadual dos aprendizes, o mesmo não ocorre com as origens municipais. Logo, só é possível obter

uma vaga noção sobre tais localidades, visto que durante a produção do material inexistia a preocupação em indicar a quais logradouros os internos pertenciam, o que impede que possa levantar hipóteses mais consistentes acerca do assunto, por exemplo.

Em seguida, um outro ponto interessante a ser analisado é a **idade** com que os rapazes eram recolhidos. Elaboramos o gráfico abaixo com essa distribuição:

Gráfico II - Quantitativo de remetidos à Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba por categoria de idade (1896-1900)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados contidos nas fichas dos *Livros de Socorros* (2024).

O segundo gráfico aponta que a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba, entre os anos de 1896 e 1900, alistou garotos dentro da faixa etária de dez (10) a dezoito (18) anos, com ao menos um aluno de cada idade. Estima-se que os rapazes de dezoito (18) a quinze (15) anos somavam quarenta e um (41) alistados, representando 23% do total. Em seguida, vem os de quatorze (14) e treze (13), com sessenta e cinco (65) recrutados, representando 36,5% do contingente. Por último, os de doze (12) a dez (10) anos cuja soma chegou a setenta e um (71) aprendizes, compondo 39,8% do total de admitidos.

Em resumo, a exata metade dos pupilos, 50% do total, ocupava a faixa de doze (12) e treze (13) anos, o que é curioso já que são dados referentes ao início da República, quando o Decreto n. 9.371/1885 se fazia vigente como regulamento escolar. Em seu artigo 11, §2, consta que, como condição mínima para a admissão, os meninos deveriam ter de treze (13) e dezesseis (16) anos no momento da matrícula. Contudo, as fichas de socorros sugerem que cerca de 38% dos alistados neste período na unidade paraibana estavam fora da faixa de idade preestabelecida pela norma.

A impressão de que havia certo desacordo entre a lei e a prática não foi um problema restrito à Paraíba. Barreto Neto (2013, p. 44) também enxergou esses desvios a norma. A seu

O perfil dos educandos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos

ver, as regras não eram rigorosamente cumpridas, visto o recebimento frequente de crianças fora dos requisitos. O autor buscou explicar a situação a partir de dois (2) fenômenos: a modernização da Marinha e os efeitos da Revolta de Marinheiros de 1910.

Segundo ele, se por um lado a incorporação de quatorze navios construídos na Inglaterra a frota nacional forçava a agilidade na formação de marinheiros, a fim de que suprissem “[...] as futuras demandas das suas forças de alto-mar”, por outro, o entusiasmo não seria longo, pois o potente golpe deferido sob a Marinha por João Cândido e seus colegas rapidamente faria com que o oficialato passasse da euforia à desconfiança (Barreto Neto, 2013, p. 45). Considerando que dezenas de marujos foram expulsos e mortos nos confrontos de 1910, a Marinha passou a lidar com a falta de profissionais capazes de compor a instrução nas escolas. Uma saída seria o envio dos aprendizes mais adiantados na formação para os estaleiros e permitir que se recebesse novos aprendizes, mesmo os considerados “prematuros”.

No entanto, o argumento de Barreto Neto (2013) não se aplica à situação vista na Paraíba. No período investigado, a modernização material da Marinha avançava lentamente e a Revolta de Marinheiros de 1910 só ocorreria pouco mais de uma década depois. Assim, era impossível que o fenômeno estivesse atrelado a esses fatos. Porém, levantamos a hipótese de que o desrespeito à norma empregado corresponde a um cálculo de eficiência.

Se observarmos o artigo 8º do regulamento anterior, que esteve em voga durante pouco menos de trinta (30) anos, a condição mínima para a admissão de garotos era a de que estivessem entre dez (10) e dezessete (17) anos de idade, regra que aparentemente preteria a de 1885. Podemos então levantar a hipótese de que é possível crer que nem sempre as leis correspondiam às reais necessidades das escolas. Por essa razão, certos condutores, diante das adversidades e para garantir algum bem superior, se sentiam no direito de afastarem mesmo que provisoriamente o poder das normas.

Entendo que atitudes como esta, possuem algum grau de adequação às reflexões feitas por Michel de Certeau (1996) acerca do *cotidiano*. Para ele, o cotidiano é o quadro no qual se inscreve “liberdades gazeteiras das práticas”. É nele que se percebe as pequenas resistências, é onde a atenção se desloca do consumo dos produtos recebidos, para a criação anônima, nascida da prática, do desvio do uso desses produtos. Nesse mundo inventado principalmente por quem não passa de um mecanismo na engrenagem do poder, que

cautelosamente enxergo os gestos dos condutores das escolas como uma dessas formas subterrâneas de ação.

Contudo, minha cautela habita no fato de que, por serem autoridades, essas figuras certamente não compunham a massa de homens ordinários dos quais Certeau tanto falava. Porém, também seria forçoso imaginá-los como mais do que eram: peças periféricas e substituíveis no maquinário do poder. E se diante desse paradoxo, puder “humanizá-los” mesmo que por um instante, para usar uma expressão em moda, justifico que o que se via era uma dessas astúcias que se multiplicam lá onde o discurso do poder melhor se manifesta: no teatro enfático do cotidiano (Foucault, 2003, p. 11).

Dito isso, outro fato que corrobora com a ideia é a que, conforme os Livros de Socorros (1897), entre abril e dezembro daquele ano, aproximadamente trinta (30) crianças foram alistadas sem passarem pela inspeção de saúde por falta de médico na escola e na junta militar, sendo admitidos apenas pelas ordens do comandante à frente da instituição à época, o Sr. João Pereira Leite. Ora, não é de se estranhar que o próprio comandante fosse incapaz de dar recusa a esses meninos, pois a rejeição deles, além de representar um menor contingente, poderia comprometer sua relação com outras forças multiplicadoras da ordem, como os juizados de menores e das forças policiais, de quem dependia para aumentar o número de alunos na escola. Mas saliento que por vezes atitudes como essas, que desafiavam a disciplina e importância dos exames, poderiam ter seu custo, como a responsabilização pelas “falhas” que o processo viesse a apresentar.

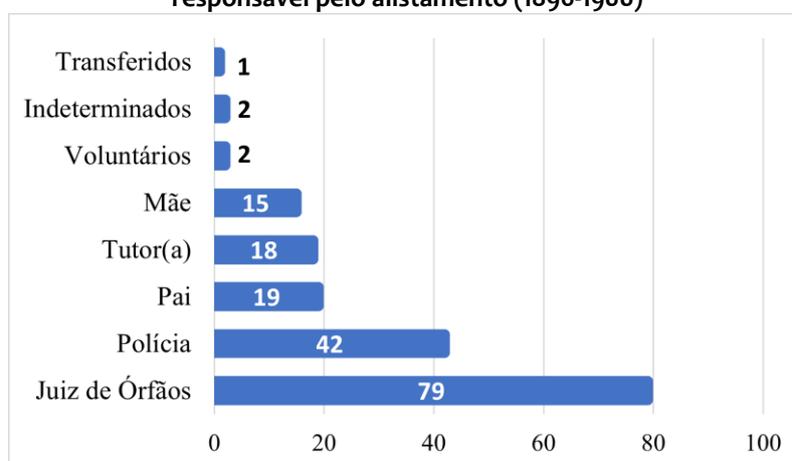
Segundo Mônica Lins (2012, p. 109), em 17 de janeiro de 1908, o Ministro da Marinha, o Sr. Alexandrino Alencar, expediu um aviso para as escolas no qual declarou que, sempre que garotos provenientes delas remetidos para assentamento de praças fossem julgados incapazes para o serviço, deveriam ser devolvidos à respectiva escola, correndo a despesa por conta do médico que tivesse conduzido a inspeção de saúde antes da remessa. Com essa atitude, vê-se que a Marinha parecia um tanto alheia aos dilemas enfrentados por suas unidades de ensino, talvez por uma espécie de descompasso entre as ideologias dominantes e o dia a dia das salas de aula.

Se por um lado, a Marinha exigia cada vez mais atenção para a qualidade dos indivíduos, por outro, muitas instituições permaneciam sofrendo com a falta de matrículas. Assim, em tempos de corrida pelas formas físicas perfeitas, salutar e resistentes, por corpos com os quais se pudesse fabricar a imagem de uma nação moderna e civilizada, seus recintos

O perfil dos educandos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos ainda permaneciam mergulhadas nos mesmos problemas do passado. Logo, se a desobediência a norma para facilitar a incorporação de um número maior de aprendizes emergisse como parte da solução para seus problemas, nos novos tempos, isso configurava um desrespeito intolerável do qual só a punição haveria de dar jeito.

Sugerido isso, encontro uma outra dimensão de suma importância para se compreender qual o perfil humano que lotava as fileiras das escolas da Marinha naquele instante: os **responsáveis pelo alistamento**. Como feito anteriormente, os números serão projetados em um gráfico, a título de inteligibilidade.

Gráfico III - Quantitativo de remetidos à Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba por categoria de responsável pelo alistamento (1896-1900)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados contidos nas fichas dos Livros de Socorros (2024).

Como vem sendo exposto, a tarefa de alistar crianças foi relegada a alguns indivíduos. No gráfico, fica evidente que o envio de jovens pelos juizados de órfãos, de longe, foi a forma mais comum de recolhimento à Escola entre 1896 e 1900. Dos cento e setenta e oito (178) recrutados, setenta e nove (79), foram enviados pelos Juizes de Órfãos, fossem da capital ou do estado, o que significava 44,3% de todos os jovens remetidos. Adiante, a segunda maior tributária foi a polícia, com o envio de quarenta e dois (42) ditos “voluntários”, que correspondeu a 23,5% de toda o contingente. Um pouco atrás vieram os pais e tutores, cada um com, respectivamente, dezenove (19) e dezoito (18) entregas, correspondendo a 10,6% e 10,1% dos envios, seguidos das mães com quinze (15), equivalente a 8,4%, sobrando, por último, os voluntários, transferidos e não identificados cuja soma equivale a cinco (5) alunos, ou 2,8% do total.

O que se pode inferir a partir desses dados é que embora superadas algumas décadas de abertura, a unidade paraibana seguia pouco atrativa para juventude dita de “melhor qualidade”. Fazia parte desse grupo os meninos entregues pelos parentes ou tutores, que no

geral compunham a família extensa dos garotos. A predileção por esses pequenos assentava na crença de que, por terem família, haviam de chegar às escolas com alguma polidez da qual se pudesse aproveitar durante a formação.

Contudo, esse não foi sequer o caminho mais comum de entrega. Mesmo com a existência de incentivos financeiros, por exemplo, o número de remessas feitas por pais ou tutores seguia em níveis pouco animadores. Prova disso é que apenas cinquenta e duas (52) crianças foram entregues à unidade da Paraíba no último quinquênio do século XIX, o que representava 29,2% do total de recrutados. Restava aos oficiais culparem a pobreza pelo pouco caso com que as famílias tratavam o futuro de suas proles.

A historiografia reconhece que esta foi uma visão amplamente partilhada pelo oficialato. Em seus estudos, Rozenilda Silva (2017) se refere a um ofício enviado pelo Capitão Diretor da Escola de Aprendizes Marinheiros do Piauí, Luiz Pinto de Sá, ao governador do estado em 1890. Na oportunidade, o Sr. Pinto de Sá alertou para a urgência de “[...] preparar esses aprendizes para a rude vida do mar e afastal-o da ignorancia a que todos elles acham-se mergulhados quando [...] tirados da classe mais baixa da sociedade” (Capitania, 1890 apud Silva, 2017, p. 146). Na Paraíba, opinião semelhante foi emitida pelo Tenente Comandante França dos Santos Motta, em relatório enviado ao Ministério da Marinha no ano de 1901. O capitão comemorava o envio de vinte e cinco (25) praças à Armada, número positivo posto a “[...] grande pobreza do povo e consequente vagabundagem” (Livro de Copiador de Ofício, 1901). Criminalizar a pobreza, como apontam os registros, parece ter sido um fenômeno relativamente corriqueiro. O que poucos sabem é que as bases desse pensamento remontam ao século XIX e a noção instituída sobre as “classes perigosas”.

Segundo Sidney Chalhoub (2006, p. 20), essa relação surge no país a partir da primeira metade do oitocentos, como uma apropriação oportunista das ideias de M. A. Frégier, um notável membro da polícia parisiense. Em seus estudos, Frégier procurou produzir uma descrição detalhada dos malfeitores que lotavam as ruas da capital francesa. Porém, apesar do cuidado e empenho com que encarou os inquéritos policiais, o autor obteve resultados insatisfatórios, à medida que foi incapaz de diferenciar com precisão, por exemplo, as fronteiras entre o estilo de vidas do que chamou de “classes perigosas” e das classes simplesmente pobres.

No entanto, em terras brasileiras, seu modelo conquistou sobretudo a simpatia de parte das autoridades. Para cidadãos do Império, tais ideias pareciam cair como uma luva,

O perfil dos educandos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos

visto que fundamentavam uma fórmula que aqui grassou êxito muito por sua aparente simplicidade. Sabe-se que se para esse grupo, a principal virtude do bom cidadão era o gosto pelo trabalho, enquanto o pior vício significava a ociosidade. Logo, aos pobres faltavam as virtudes, por incorrerem com frequência no vício do não-trabalho. O resto segue quase que como um roteiro lógico: se os pobres carregam os vícios e os vícios produzem malfeitores perigosos, no trocar de miúdos, encontra-se à noção de que os pobres eram perigosos por excelência.

Destarte, essa noção de que a pobreza de um indivíduo era fator suficiente para torná-lo delinquente em potencial, como insistiu Chalhoub (2006, p. 23), teve enorme repercussão para a história subsequente do país. Esse foi, por exemplo, um dos suportes para as visões de mundo de várias personalidades cujo raciocínio não poderia se desenvolver a partir do vazio, mas, antes, de ideias que fazem história, mesmo que da pior qualidade.

Esse pensamento parece explicar inclusive o porquê de os comandantes da Marinha se mostrarem hostis à procedência humilde da maioria dos alunos. Visto que, se diferente dos garotos, eram eles retirados das mais elevadas camadas sociais e enviados para a Escola Naval, instituição responsável por instruir os grupos de boa origem (Almeida, 2009, p. 100), não é surpresa que, por jamais terem recebido “[...] uma educação para o reconhecimento do outro, para o diálogo com o diferente” (Candau, 2008, p. 52), engrossassem as fileiras daqueles que relegavam ao ostracismo toda sorte de gente que não partilhasse de sua cultura e modo de vida.

Essa noção obedece ao definido por Vera Maria Candau (2008) acerca da *interculturalidade crítica*. Para a autora, essa dimensão do conceito se atenta às relações de poder instaladas numa sociedade, as quais privilegiam sujeitos, saberes e práticas em detrimento de outras. Assim, representações de raça e classe, por exemplo, são produtos de lutas sociais baseados em símbolos e significados (Candau, 2008, p. 51) compartilhados culturalmente. Com isso, encara-se o cotidiano escolar como palco de relações desiguais, manifestas, por exemplo, nos discursos emitidos pelos oficiais acerca das origens, procedências, locais de pertencimento, entre outros pontos, referentes aos aprendizes.

Diante de um cenário como esse, em que corpos e identidades dividem um espaço tão estreito, é fácil imaginar que conflitos, pontes, choques e negociações tenham tensionado o ambiente da Escola de formação de marujos paraibana, o tornando singular, como sugeriu Vera Candau (2008). Nesse mote, compreendemos a referida instituição como um local em

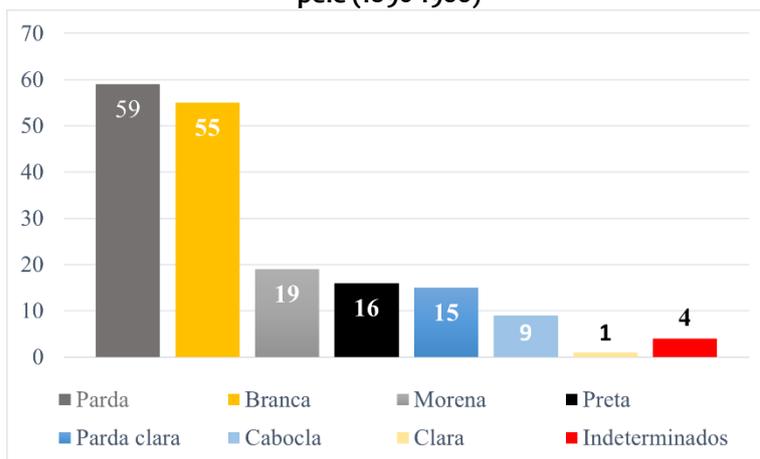
que a interculturalidade esteve presente. Entretanto, essas ideias não obtiveram sucesso apenas por ganharem as mentes dos ilustres marinheiros. Com frequência, também passaram a fundamentar a atuação da polícia nas maiores cidades do país, fazendo com que partisse do princípio de que todo cidadão era suspeito, embora, obviamente, alguns fossem mais suspeitos que outros.

De alguma maneira, essa pode ser a razão pela qual parcela relevante dos rapazes continuarem sendo remetida à Escola paraibana pela polícia, por exemplo. Sabe-se que o recrutamento forçado perdia fôlego na Marinha desde a década de 1860, sobrando para sua substituta, ou seja, a rede de Escolas de Aprendizes Marinheiros, acompanhar com atenção as origens dos remetidos, em especial quando entregues pelas mãos da polícia. Ciente de que a “[...] montagem de uma verdadeira máquina de recrutamento forçado” (Venâncio, 2004, p. 204) gerou durante o oitocentos um corpo de praças visto como repugnante, esperava-se que a extinção formal desse tipo de matrícula implicasse em mudança na composição d’armada.

O que se percebe, no entanto, é que enquanto o número de alistamentos forçosos nas escolas despencou, a de classificados como “voluntários” remetidos pela polícia cresceu proporcionalmente. A suspeita é de que se tratasse do mesmo alistamento forçado, mas servido de uma roupagem diferente, capaz de disfarçar essa condição. Um fato, no entanto, é que fossem ou não voluntários, dificilmente algum desses meninos conviveu menos com a desconfiança que tradicionalmente se relegava as classes pobres e perigosas. Nesse quadro, a juventude de cor ganhava destaque, muito por, dizia-se, exibirem nos traços e na raça a marca da decadência a qual estavam fadados.

Por conseguinte, nada mais justo do que destacar a **cor da pele** que em geral tingiam à escola da Paraíba no último quinquênio do século XIX. O gráfico adiante sistematiza esses números.

Gráfico IV - Quantitativo de remetidos à Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba por categoria de cor de pele (1896-1900)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados contidos nas fichas dos *Livros de Socorros* (2024).

As informações do gráfico resumem a quantidade de jovens conduzidos à escola paraibana de acordo com o tom de pele de cada um. Como exposto acima, a maioria foi identificada durante a admissão como de pele “parda”, somando cinquenta e nove (59) internos, ou seja, 33,1% de todo o universo amostral. Em seguida, vem os de pele “branca”, somando cinquenta e cinco (55) garotos, representando 30% do contingente. Mais adiante, há os de pele “parda clara”, somando dez (10), isto é, 10,7% do total, além dos de pele dita “morena”, que somaram dezenove (19), representando 10,6% do total. Havia ainda os de pele “preta”, condição de dezesseis (16) alunos, equivalente ao 8,9% do total e “parda clara”, presente em quinze (15) alunos, ou 8,4% em números percentuais. Na lanterna das categorias, nove (9) internos foram classificados como de pele “cabocla”, equivalente a 5% do total; um de pele dita “clara”, com um petiz (0,5%), além de quatro (4), ou 2,2% do total, sem identificação alguma.

Em um primeiro momento, a compreensão retirada desses números é que a instituição era composta majoritariamente por jovens de tom de pele parda ou preta. Se fossem postas as diferenças de lado e a classificação se bifurcasse em duas (2), brancos e não brancos, o contingente de não brancos superaria os 66% de todo o corpo de aprendizes. Essa conclusão é importante pois se aproxima de outras estimativas cuja preocupação foi avaliar quais eram os tons de pele mais comuns entre os marinheiros nacionais. Segundo Sílvia Almeida (2009), uma das primeiras estatísticas acerca das cores da marujada remonta a 1911.

Naquele ano, o oficial da marinha José Eduardo Soares, através do livro “Política vs Marinha”, se esforçou em provar que a Marinha Nacional era formada por 50% de negros, 30% de mulatos, 10% de caboclos, 10% de brancos ou quase brancos. Mais tarde, na busca por

confrontar esses dados, Álvaro Nascimento (2007) visitou setenta e duas (72) fichas encontradas nos livros de matrículas do 13º Companhia de Marinheiros Nacionais, referentes ao final da década de 1900, em busca de novas conclusões. O autor chegou aos seguintes números: 40,3% dos marinheiros foram classificados como pardos, 28,8% como negros, 25% como brancos, 3,8% como caboclos, 1,9% mulatos e 27,7% não foram identificados. Nascimento (2007) concluiu que 75% dos marinheiros eram considerados negros ou mestiços, o que confirmou o sugerido por Soares já em 1911.

Nesse mote, Almeida (2009, p. 160) lançou mão de construir o perfil racial dos marujos, partindo da seriação de fontes. Com base em duzentas e cinquenta (250) fichas do GIM, referentes ao ano de 1908, a autora concluiu que 56,4% dos marujos eram enxergados como pardos, 20% brancos, 11% pretos, 10% morenos, 1,2% brancos corados, 0,4% pardos claros. Em suma, os três estudos chegaram a conclusões parecidas, de que a Marinha era composta majoritariamente por sujeitos vistos como não brancos.

Contudo, diferente de Nascimento (2007), por exemplo, Almeida (2009) se atentou às categorias utilizadas e suas historicidades. Ao analisar o arco de termos para se referir a cor dos marujos, a autora considerou que o uso de uma ou outra categoria estava diretamente relacionada ao contexto e às representações sociais daquela época e possuíam sentidos particulares em cada situação. Era assim, por exemplo, que o termo *pardo* poderia identificar tanto sujeitos de pele mais escuras, quanto de pele negra em função da necessidade. Do mesmo modo que certas categorias possuíam o poder de substituir outras, era possível que fossem “esquecidas” ou “recordadas” conforme a ocasião, evitando, assim, a carga pejorativa que algumas delas poderiam atirar sobre quem as recebia.

Observava-se na Marinha atitudes semelhantes a essa, pois não foram raros, nos registros que alguns marujos recebiam como maneira maciça de controle sobre suas vidas, a presença de identificações diferentes quanto a sua raça. Isso me direciona a uma discussão acerca dos diferentes sentidos e intenções que determinadas categorias poderiam admitir conforme as circunstâncias.

Consideradas produtos da subjetividade social, as categorias utilizadas nos registros oficiais poderiam ter sentidos distintos, inclusive, quanto às suas origens etimológicas. Um exemplo disso é trazido por Almeida (2009, p. 162-163), quando analisa as diferentes apropriações do termo *pardo* e *moreno* por Portugal e Brasil durante o século XIX. O “Diccionario da Língua Portuguesa”, editado em Lisboa, Portugal, no ano de 1899, por

O perfil dos educandos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos

exemplo, definia *pardo* como cor intermediária entre o negro e o branco, semelhante à do *leopardo* ou do *mulato*, uma ave particular da cidade do Porto (Portugal), e *moreno*, como um tom mais sombrio, associado a cor dos *mouros*, povos oriundos do norte da África. Ou seja, o significado dessas palavras possuía relações diretas com a história portuguesa.

No mesmo período, no Brasil, a configuração era outra. A menção ao *pardo* era associada a um animal diferente, o *pardal*, ave comum de nossa fauna, e o *moreno* pareceu chegar aqui como cor mais próxima do cobre, vista no tom de pele do indígena brasileiro, que também poderia ser chamado de *caboclo*, quando mestiço de origem branca e indígena. Isso demonstra que cada nação tem e busca legitimar sua ideologia quanto a raça e tende a manifestá-la classificando seus grupos sociais. No entanto, como apontado anteriormente, essa subjetividade estava relacionada a discursos, usados em certos momentos para lembrar ou apagar corpos, isto é, útil diante das relações de poder onde a diferença está presente, assim como a desigualdade (Candau, 2008, p. 51).

Se usarmos nossa reserva de imaginação para dizermos que a Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba era um pequeno vilarejo, com responsáveis que determinavam a qual cor cada um de seus pequenos habitantes pertencia, pode-se admitir que nela conviviam ao menos meia dúzia de grupos, pertencentes a cores, idades e raças distintas, tratados de forma desigual, estimados ou preteridos conforme ganhassem este ou aquele posto. Isso se torna evidente diante da procura ativa por recrutas. As fontes indicam que diferentes comandantes deixavam exposto aos Juizes de Órfãos da Paraíba, no contexto das primeiras décadas do século XX, que sua procura deveria ser por garotos de treze (13) a dezesseis (16) anos de idade, de cor branca ou parda, com suficiente desenvolvimento para compor as matrículas (Soares Júnior; Lima, 2021b, p. 1). Admitia-se, portanto, que havia um perfil ideal de aprendiz, com biótipo e cor bem definidos, o que colocava os demais na ordem do incômodo, do desdenhoso e, e em último caso, do anormal, conforme pensou Foucault.

O filósofo (2001, p. 73) colocou na ordem do anormal, isto é, na dimensão daquilo que desafia as regras, o sujeito que precisa de correção. Como o anormal se divide em três modelos: o monstro, o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora, incluiu-se no segundo arquétipo as pessoas de cor. Assim, o indivíduo a ser corrigido, quando se mostra absolutamente alheio à norma, passa a ser enxergado como incorrigível pelo poder que tentou dominá-lo. Ora, se o anormal é, por excelência, uma série de infrações sobrepostas, assim o negro foi encarado pela Marinha de Guerra no contexto sob investigação.

É importante salientar que, durante a conjuntura na qual filósofo concentrou suas análises, o oitocentos, o discurso médico-legal buscava provar a degradação a que os corpos pretos pareciam condenados. Se entendeu que o indivíduo a ser corrigido é aquele a ser posto dentro de uma aparelhagem de correção, não faltavam espaços disciplinares nos quais eram inseridos. E, por último, se para entender esse indivíduo, é preciso pensá-lo como fenômeno frequente, ficou inequívoco por meio das estimativas expostas há pouco que não faltavam aos estaleiros marujos cujos discursos oficiais diziam trazerem na “[...] raça a tara da incapacidade de progredir” (Soares, 1911, p. 86).

Portanto, diante de um cenário atravessado pelas relações de poder, fortemente hierarquizado e marcado pela discriminação e preconceito contra determinados grupos (Candau, 2008, p. 51), levanto a possibilidade de que a ideologia dominante nas escolas da Marinha, com comandos especialmente influenciados pelas teorias raciais da época, impediu que muitos aprendizes fossem reconhecidos como pessoas pretas, por esta simplesmente ser uma categoria interdita, que em geral sugeria indivíduos infratores por natureza, que tensionavam os dispositivos do poder a ponto de, muitas vezes, frustrarem a missão que possuíam de domesticá-los.

Por essa razão, outros termos serviam de alternativa como “pardo” e “moreno”, por exemplo, expressões que flertavam menos com a incorrigibilidade e que pareciam menos estigmatizantes em uma sociedade marcada pelo preconceito como a nossa. Esses fatos apontam que, no Brasil, a experiência racial não foi/é tão somente biológica, mas, também, cultural, social e política, o que acarretou e acarreta enormes desafios inclusive para a sociedade de hoje.

3. Considerações finais

Ao término deste texto, pude perceber que na Escola de Aprendizes Marinheiros paraibana, durante o último quinquênio do século XIX, se instalou um perfil discente incompatível com as aspirações da Marinha. As fontes sugerem que apesar do desejo dos oficiais de admitirem somente jovens “alvos”, com físico e idade oportuna e de boa procedência, as vagas no geral eram preenchidas por menores não brancos, de idade irregular e entregues pelas autoridades responsáveis. Observou-se que não só se tratava de um perfil aquém do aguardado, quanto, em certa visão, transgressor da norma. Essas irregularidades irrompem nos registros como fruto do descompasso entre as regras e a realidade escolar,

O perfil dos educandos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos cujo efeito de reunir em um só ambiente meninos de origens, idades e raças distintas, era torná-lo sujeito a tensões e desigualdades.

Nesse sentido, as categorias de análise, a saber: *disciplina, cotidiano, interculturalidade* e *anormal*, foram úteis e complementares ao decorrer do texto. A primeira demonstrou o empenho do poder em inculcar nos sujeitos o controle. Para tanto, fazia-se necessário o uso de instrumentos que assegurassem tal objetivo, como os exames e, com efeito, a documentação decorrente destes. A segunda, nos ajudou a perceber algumas formas usadas pelos sujeitos que conduziam a instituição para resistir as dificuldades que lhes eram impostas. Sendo assim, por vezes, o comando escolar agiu na clandestinidade para que pudesse, a seu ver, garantir um bem maior para a Escola.

Por outro lado, a terceira conheceu que as relações de poder gestadas no interior da escola não eram idílicas, mas, antes, conflitivas e desiguais. Com isso, embora os comandantes emitissem preferências acerca dos tipos de menores mais oportunos a se admitir, por exemplo, isso não evitou que sujeitos opostos a esse ideal ocupassem o lugar, o que foi demonstrado com auxílio da quarta categoria. O resultado era um ambiente que reunia uma mistura de garotos, com origens, idades e raças distintas. Essa diversidade fazia com que fossem dedicados tratamentos diferentes para cada grupo, algo contribuía para que tensões e negociações se instalassem.

Por último, ressaltamos o número reduzido de estudos que buscam traçar o perfil dos alunos das Escolas de Marinheiros. O que fizemos foi o uso de uma amostra, algo que pode ser executado em trabalhos de maior fôlego, inclusive em outras localidades. Desse modo, fica o convite para que outros pesquisadores construam iniciativas semelhantes, por exemplo, propondo análises que, se possível, levem em consideração o que foi abordado aqui, bem como elementos que negligenciamos por hora. Acreditamos que atitudes como essa estimulam o crescimento da historiografia e ajudam a responder perguntas que inquietam a história da educação brasileira há tanto tempo.

Referências

ALMEIDA, Sílvia Capanema de. **“Nous, marins, citoyens brésiliens et républicains”**: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910. 2009. 586 f. Tese (Doutorado em História), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris-França, 2009.

BARRETO NETO, Raul Coelho. **Marujos de primeira viagem**: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945). Salvador: EDUNEB, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, Jan./Abr., 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. Aula de 22 de janeiro de 1975. In: **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2018.

LINS, Monica Regina Ferreira. **Viveiros de “homens do mar”**: Escolas de Aprendizizes Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910). 2012. 284 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LIVRO DE COPIADOR DE OFÍCIO. **Arquivo da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro, 1899-1901.

LIVROS DE SOCORROS. **Arquivo da Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro, 1896-1897.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Um reduto negro: cor e cidadania na Armada (1870-1910). In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SILVA, Rozenilda Maria de Castro. **A prática educativa na Companhia de Aprendizizes Marinheiros do Piauí (1874-1915)**. 2017. 210f. Teresina: Universidade Federal do Piauí. Tese (Doutorado em Educação), 2017.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos; LIMA, Luiz Felipe Soares de. O alistamento de menores e a disciplina de corpos na Escola de Aprendizizes Marinheiros da Paraíba nas primeiras décadas do século XX. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, p. 2-16, 2021.

O perfil dos educandos da Escola de Aprendizes Marinheiros da Paraíba no final do oitocentos

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

Sobre os autores

Azemar dos Santos Soares Júnior

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Professor do Departamento de Práticas Educacionais e Currículo (DEPEC-CE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório das Heterotopias (UFRN). Email: azemarsoares@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0015-415X>

Luiz Felipe Soares de Lima

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Pesquisa Observatório das Heterotopias (UFRN). Email: felipesoares013@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0315-8156>

Recebido em: 02/04/2024

Aceito para publicação em: 02/04/2024